

CORREIO ECONÔMICO



Receita em alta é frustrada por avanço do déficit

‘Enxugando gelo’: arrecadação aumenta, mas déficit idem

A miopia federal de apenas enxergar o lado da receita, mas desprezar a despesa compromete ‘sine die’ o decantado equilíbrio fiscal, sem o qual, não crescimento econômico sustentável no horizonte. É justamente isso que se pode depreender da contraditória política econômica petista que, ao mesmo tempo em que ‘festeja’ o crescimento de

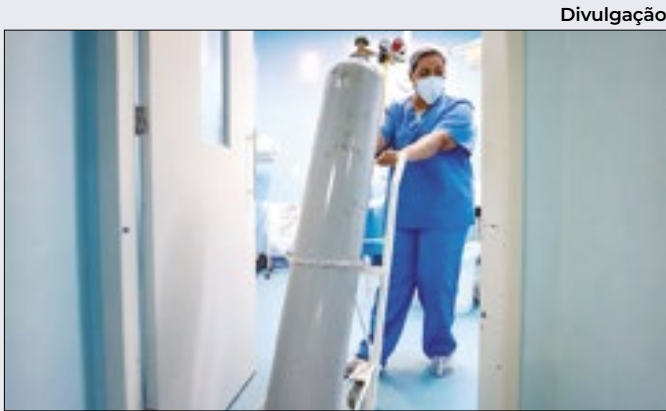
11% da arrecadação federal em maio (avanço de 8,3% ante abril), parece ignorar propositalmente (eleições municipais à vista) a expansão superior a 50% a estimativa de déficit para o mês passado, que deverá bater os R\$ 58,1 bilhões, muito além dos ‘módicos’ R\$ 38,5 bilhões projetados pelo relatório Prisma Fiscal, do Ministério da Fazenda, contradição ainda sem solução.

‘Na ferida’

“Déficit nominal decorre de ajuste fiscal não realizado. Passado um ano do arcabouço, vemos deterioração grande nos gastos, e o primário não melhora, além de maior percepção de risco nas taxas dos leilões do Tesouro”, afirma a economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitoria.

Pressão dupla

Sem a ‘farra das commodities’ do primeiro mandato, os juros elevados dos EUA forçam a alta dos juros aqui, para que o país continue atrativo ao investidor externo. Ao mesmo tempo, o desajuste fiscal impede a queda da Selic, da qual 45% da dívida interna está atrelada.



‘Possibilidade de propina’ é um dos itens da pesquisa

Risco de corrupção na Saúde será medido por índice da FGV

Identificar e mapear a percepção de riscos de corrupção em empresas públicas e privadas do setor de Saúde no país. Esta é a principal finalidade da primeira fase do projeto ‘Índice de Percepção de Corrupção no Setor de Saúde’, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que buscará aferir a ‘possibilidade de propina para indi-

cação de uma determinada terapia, medicamento ou produto’. Tal indicador será empregado por autoridades reguladoras do setor afirma Ligia Maura Costa, coordenadora do Centro de Estudos em Ética, Transparência, Integridade e Compliance da FGV (FGVethics), em parceria com o Instituto Ética Saúde (IES).

Coleta de dados

No momento, a coordenadora da FGVethics acen-tua que o grupo de pesquisadores fará a coleta de dados para a pesquisa qualitativa e quantitativa, nas fases 2 e 3 do projeto, mediante questionário virtual àqueles que atuam ‘na linha frente’ da Saúde (stakeholders).

Freio automotivo

Traduzindo uma queda de 26,8% ante igual mês do ano passado, a produção de veículos em maio último atingiu 166,7 mil unidades, apontou a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). No acumulado do ano, a queda foi bem menor, de 1,7%.

Queda geral

Na categoria ‘comerciais leves’, a produção do mês passado chegou a 23,6 mil unidades, com queda em todas as bases de comparação: ante maio de 2023 (-44,4%), abril deste ano (-41,3%) e no acumulado do ano (0,7%). Já a produção de caminhões subiu 30% no ano.

TCU ‘faz coro’ a BC e defende desindexação da Previdência

Para presidente da Corte de contas, medida ‘eleva desigualdade’

Por Marcello Sigwalt

Poucos dias após a manifestação do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, em defesa da desindexação do salário mínimo do piso da Previdência (seguido da desvinculação dos gastos da saúde e educação no Orçamento Federal), chegou a vez de o TCU (Tribunal de Contas da União) – Corte máxima do país, a quem cabe aferir a ‘lisura’ das contas federais – se posicionar a favor da mesma medida, com base em “estudo que atesta o ‘aumento de desigualdade pela indexação’.

O endosso ao comandante do BC veio sob a forma de sugestão, por parte do próprio presidente do TCU, Bruno Dantas: “Os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) têm olhado para o fiscal. Espero que os demais atores também passem a seguir essa linha”, ‘cutucou’, ao participar de evento no Guarujá (SP).

Mesmo após o governo petista ‘cortar’ R\$ 5,7 bilhões em



Presidente do TCU, Bruno Dantas, vê com preocupação ‘contencioso entre Poderes’

despesas orçamentárias não obrigatórias, a demanda ‘aquecida’ por benefícios previdenciários obrigou o Executivo a aumentar em R\$ 13 bilhões a previsão para o pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“A Previdência Social, sob a tutela do PDT, que estou re-

presentando, jamais aceitará qualquer retirada de dinheiro. Arranjem outro, que comigo não passa”, disparou o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, no dia 23 de maio.

Embora considere ‘legítima’ a intenção do governo de valorizar o mínimo, Dantas ‘volta à carga’, acentuando ser preciso ‘questionar se a indexação dos benefícios previden-

ciários ao salário mínimo não é um vetor de aumento da desigualdade no País’.

Sobre o cenário político, o dirigente do TCU admite ‘ver com preocupação’ o contencioso crescente, que envolve os poderes Executivo e Legislativo, quanto a benefícios fiscais e reposição orçamentária, cujo pano de fundo óbvio são as eleições municipais.

Mudança de meta preocupa o mercado

Como confirmação os temores ‘proféticos’ expressivo pelo presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto que, no final de maio último, admitiu que a “especulação sobre meta de inflação subiu as expectativas [de inflação]”, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, adiantou, na última sexta-feira (7), que publicará, ainda este mês, um decreto que regulamenta a meta de inflação, que “mudará do regime de meta

continua para modelo de ano-calendário”. Resta saber como mais essa manobra federal repercutirá sobre o pragmático mercado financeiro.

“Vai ser antes da decisão do CMN [Conselho Monetário Nacional], não tem nenhuma pretensão de eu tomar uma decisão diferente da que já foi tomada no ano passado”, antecipou o ministro, sintonizado com o que estabelece a legislação, pela qual, se o decreto não

for publicado até a próxima reunião do CMN, ‘este teria de definir a meta de IPCA de 2027’. A decisão ratificará deliberação tomada, ainda no ano passado, pelo colegiado, que mantém em 3% a meta de inflação para 2024, 2025 e 2026, com 1,5 ponto porcentual de tolerância.

Na avaliação do chefe do BC, a demora da definição da meta foi mais um componente de incerteza, impactando as

expectativas de trajetória dos índices de preços.

Sobre a ‘morosidade’ federal em relação às metas, Campos Neto diz que “as expectativas de inflação estavam ancoradas na meta e subiram com a mudança de governo federal, de 2022 para 2023. Já a manutenção das metas nos mesmos patamares decididos anteriormente, as estimativas para o IPCA voltaram para próximo de 3,5%”. (M.S.)

País perde Maria da Conceição Tavares

Por Marcello Sigwalt

“Ninguém come PIB”. A dona dessa inusitada, provocadora e ‘antitecnocrática’ declaração acabou de deixar o plano terreno no último sábado (8), aos 94 anos: Maria da Conceição Tavares, mestra maior de gerações de economistas e a mais brasileira das lusas que aportou a terra de Santa Cruz, tinha a marca da irreverência, aliada ao profundo conhecimento sobre a realidade brasileira.

Defensora perpétua da justiça social, desde os anos 60, a economista ficou célebre por frases como: “Uma economia que diz que precisa primeiro estabilizar, depois crescer, depois distribuir é uma falácia. E tem sido uma falácia. Nem estabiliza, cresce aos solavancos, e não distribui”.

Nascida em Anadia, Portugal, em 1930 e formada em



Irreverente e polêmica, economista deixa legado inestimável

Matemática em Lisboa, Maria da Conceição foi professora emérita na UFRJ e do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), além de deputada federal (PT) pelo estado do Rio de Janeiro (1995 a 1999).

Além de contribuir para o

Plano de Metas da gestão Juscelino Kubistchek (1956-1961) e trabalhar para a Cepal durante a ditadura brasileira (1964-1985), Maria da Conceição foi às lágrimas, ao vivo pela TV, devido ao fracasso do Plano Cruzado.

“Acompanhei o plano todo,

até que capotou de maneira es-trotrondosa. Todas as experiências foram muito amargas. Foram feitas mais de cinco tentativas de atacar a hiperinflação. E não deu, só deu mais tarde. Estava comovida. Pela primeira vez se fazia um plano anti-inflacionário que não prejudicava o trabalhador. Isso é comovedor, todos os outros, como este agora também, provocaram recessão, desemprego e queda de salários”.

Ironia do destino, Maria da Conceição foi crítica voraz do Plano Real, único que deu certo, por considerá-lo ‘muito liberal’.

Só ela foi capaz de unir, em plena campanha eleitoral, os presidencialistas José Serra e Dilma Rousseff, que foram juntos prestigiar a celebração de seu aniversário.

A carismática economista deixou dois filhos (Laura e Bruno), além de dois netos (Ivan e Leon), e um bisneto (Théo).

MP elevará custo da gasolina e do diesel

Poucos dias após entrar em vigor, a MP que limita a compensação de créditos de PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) logo deverá pesar no bolso, claro, do consumidor.

É que as distribuidoras e representantes dos postos de combustíveis preveem elevação do preço da gasolina, do etanol e do diesel, já a partir da próxima terça-feira (11).

A princípio, a estimativa do setor é de que a majoração poderá chegar a 11 centavos o litro, dependendo do valor final a ser repassado.

A lógica da limitação tributária (para uso de créditos por empresas de diversos setores) seria a de que esta serviria como compensação ao pagamento de outros tributos,

o preço dos combustíveis pode aumentar até 11 centavos, a depender do valor que será re-

passado para os consumidores.

A medida do governo restringe o uso de créditos de PIS/Cofins pelas empresas de diversos setores para compensar o pagamento de outros tributos. Na verdade, a medida se justifica pela necessidade de o governo elevar sua arrecadação, a título de compensar a perda de receita, devido à prorrogação da desoneração da folha salarial dos 17 setores que mais empregam no país, como também da

folha dos municípios.

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), a limitação tributária poderá implicar aumento, entre 4% a 7%, no caso da gasolina, e de 1% a 4%, para o diesel, ainda na fase de distribuição.

Devido à mudança tributária, concebida para elevar a arrecadação, as distribuidoras deverão perder o direito de usar R\$ 10 bilhões em créditos de PIS/Cofins, aponta o IBP. (M.S.)